

## Assembleia geral deve referendar ingresso de ação judicial

A ANFIP convoca os associados efetivos quites com seus deveres associativos para a Assembleia Geral Extraordinária, no dia 11 de setembro, das 9h às 18h, por meio de votação eletrônica, para autorizarem o ingresso de ação judicial coletiva a fim de restabelecer o pagamento dos adicionais por tempo de serviço (ATS –anuênios, quinquênios e demais vantagens semelhantes) que deixaram de ser percebidos por ocasião da implementação do regime de subsídio, em 2004.

Com o retorno da remuneração por vencimento básico, promovido pela Lei nº 13.464/2017, a Entidade buscará na Justiça, observada a prescrição quinquenal, os direitos dos associados ativos, aposentados e pensionistas que fazem jus às parcelas.

O link para votação estará disponível na página restrita da ANFIP e será encaminhado aos associados via SMS e pelo e-mail cadastrado na Associação. Confira [aqui](#) o Edital de Convocação.



## XXIX Convenção Nacional está se aproximando; participe



A XXIX Convenção Nacional Ordinária (CNO) da ANFIP acontece, em Brasília, de 22 a 24 de setembro.

As inscrições estão abertas e podem ser feitas [aqui](#). Participe de um dos eventos mais importantes da Associação, oportunidade em que serão debatidos temas de interesse da categoria e definidas estratégias institucionais para os próximos anos. Garanta sua vaga! O [hotsite](#) do evento traz ainda a programação completa.

Esta é a oportunidade de se colocar na pauta temas de interesse da categoria e de modernizar o Estatuto que norteia os trabalhos da Entidade. Participe!

**Fit 2023: Confira a cobertura completa do evento**  
**PÁGINA 2**

**ANFIP se integra ao Pacto de Combate às Desigualdades**  
**PÁGINA 3**

**Conselho Executivo planeja atividades de setembro**  
**PÁGINA 6**

## Fit 2023: ANFIP e entidades defendem justiça fiscal em debate internacional sobre tributação



A defesa da justiça fiscal no Brasil e a necessidade de colocar, de fato, o pobre no orçamento e o rico no imposto de renda, foram destacadas pelo presidente da ANFIP, Vilson Romero, na abertura da terceira edição do Fórum Internacional Tributário (FIT), realizado de 28 a 30 de agosto, em Brasília, por ANFIP, Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco); Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindicato Nacional); e apoio do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz); e da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais (Fenamim).

O evento contou com a participação de renomados especialistas nacionais e internacionais e discutiu os contrastes da tributação brasileira com os demais países capitalistas e os rumos do debate acerca da tributação progressiva.

Passaram por lá Bernard Appy, Dalmiro Morán, Guilherme Mello, Sergio Chaparro Hernandez, María Fernanda Valdés, Morris Pearl, Clara Mattei, Amitab Behar, Robinson Barreirinhas, Francisco Gallardo, Adriana Schier, René de Oliveira, José Itamar Feitosa, Francisco Lopreato, Giovanna Victor, Fabrício Oliveira, André Ceciliano, André Horta, os deputados Guilherme Boulos (Pso/SP), Luiz Carlos Hauly (Pode/PR) e Reginaldo Lopes (PT/MG), além de representantes



das entidades organizadoras, como os conselheiros da ANFIP, entre eles o vice-presidente de Assuntos Tributários, Gilberto Pereira, mediador de um dos debates.

Ao final, foi lida a [Carta de Brasília](#), assinada pelas organizadoras, que pede uma reforma tributária ampla. “O Governo e o Parlamento brasileiros devem ampliar os esforços conjuntos voltados para implantar a sua segunda etapa, cujo objetivo é corrigir a injustiça fiscal pela maior tributação das altas rendas e riqueza.”



A cobertura completa, textos e vídeos, pode ser conferida abaixo.

### Notícias

- [ANFIP e entidades defendem justiça fiscal em debate internacional](#)
- [Especialistas apontam medidas para reduzir desigualdade e regressividade dos tributos](#)
- [Tributação da renda e patrimônio ganha espaço na agenda política](#)
- [Palestrantes debatem desafios para implantar sistema tributário progressivo na América Latina](#)
- [Tributar mais ricos é fundamental para reduzir desigualdades](#)
- [Parlamentares destacam benefícios do IVA e urgência da tributação de grandes fortunas](#)
- [Especialistas expõem os desafios da reforma tributária para o desenvolvimento fiscal](#)
- [Reforma tributária precisa garantir autonomia federativa, concluem painelistas](#)
- [Entidades do fisco defendem a tributação das altas rendas e riquezas](#)

### Vídeos

- Dia 28/08: [www.youtube.com/watch?v=9MleOOYgMvs&t=69s](https://www.youtube.com/watch?v=9MleOOYgMvs&t=69s)
- Dia 29/08: [www.youtube.com/watch?v=DKNg1DH9UEU](https://www.youtube.com/watch?v=DKNg1DH9UEU)
- Dia 30/08: [www.youtube.com/watch?v=hQcvI-rOfhI](https://www.youtube.com/watch?v=hQcvI-rOfhI)

### Expediente

LINHA DIRETA é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.  
Sede: SBN Qd. 01 BL H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907  
Telefone: (61) 3251 8100  
Whatsapp: (61) 98289 5150

Envie seus comentários sobre o LINHA DIRETA para o email: [comunicacao@anfip.org.br](mailto:comunicacao@anfip.org.br)

**DIRETORA RESPONSÁVEL**  
Marluce do Socorro da Silva Soares

**Editora**  
Ludmila Machado

**REPORTAGEM**  
Daiana Lima, Ludmila Machado,  
Marina Rodrigues e Thayná Cavalcante.

**Edição eletrônica**  
Allan Vitalino e Gilmar Vitalino



[www.instagram.com/anfipnacional](https://www.instagram.com/anfipnacional)

[www.facebook.com/anfip.nacional](https://www.facebook.com/anfip.nacional)

[www.twitter.com/anfipnacional](https://www.twitter.com/anfipnacional)

[www.youtube.com/anfipoficial](https://www.youtube.com/anfipoficial)

## Congresso Nacional restabelece o voto de qualidade no Carf

O Plenário do Senado Federal aprovou, dia 30 de agosto, o [Projeto de Lei 2384/23](#), que restabelece o voto de qualidade em caso de empate no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

A proposta, que agora segue para sanção presidencial, foi aprovada com 34 votos favoráveis e 27 votos contrários. O parecer do senador Otto Alencar (PSD/BA) aprovou o texto da Câmara dos Deputados apenas com ajustes de redação, que não afetam o conteúdo do projeto.

A medida é uma prioridade do governo federal para

ancorar o orçamento do próximo ano, pois o voto de qualidade deve garantir um aumento da resolução de impasses tributários a favor do Tesouro e incrementar a arrecadação.

Segundo o relator, o Ministério da Fazenda estima perda anual de R\$ 59 bilhões sem o voto de qualidade. O governo já havia tentado mudar a regra em janeiro, através da MP 1.160/2023, mas ela perdeu a validade em quatro meses sem ser votada. Nesse período, de acordo com Otto, o governo poderia ter arrecadado cerca de R\$ 17 bilhões.

*Com informações da Agência Senado.*

## Entidades se indignam com falta de proposta de reajuste do governo

A Bancada Sindical, formada por centrais sindicais que representam os diversos setores do serviço público federal, dentre elas a Pública Central do Servidor, da qual a ANFIP faz parte, divulgou nota, no dia 29 de agosto, expressando indignação das carreiras com a falta de proposta de reajuste salarial do governo federal e com a falta de prioridade da Mesa Nacional de Negociação Permanente com as pautas não remuneratórias.

Na última reunião entre governo e as carreiras do

funcionalismo, o secretário de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, José Lopez Feijó, apresentou a proposta de apenas 1% de reajuste a ser concedido em 2024.

Os servidores receberam com espanto a informação, já que o valor é insuficiente para recompor as perdas inflacionárias nos salários e avaliam mobilizações em todo o país.

Leia a íntegra da nota [aqui](#).

## ANFIP se integra ao Pacto de Combate às Desigualdades

O presidente Wilson Romero participou do lançamento da Frente Parlamentar Mista de Combate às Desigualdades, endossado por cerca de 200 parlamentares de diferentes siglas. A instalação do colegiado foi realizada dia 30 de agosto, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, em Brasília.

De iniciativa do deputado federal Guilherme Boulos (PSOL/SP) em parceria com a rede Ação Brasileira de Combate às Desigualdades (ABCD), a Frente atuará na proposição de medidas legislativas, junto à população, para o combate das diversas formas de desigualdade na sociedade brasileira e tornar o país mais equitativo.

Com apoio da ANFIP, também foi lançado o Pacto

Nacional pelo Combate às Desigualdades, uma aliança entre o poder público, empresários e a sociedade civil para pensar periodicamente políticas públicas e acompanhar os indicadores do Observatório Brasileiro das Desigualdades, a fim de analisar progressos e retrocessos.

Segundo Boulos, o Pacto terá três eixos principais: a pesquisa, o estudo e a atuação da Frente, por meio de projetos de lei. A ideia é promover, ainda, premiação a municípios com iniciativas que levem à redução das assimetrias sociais, assim como incentivar cartilhas orientativas de uso público acerca do tema.

A transmissão do evento pode ser assistida [aqui](#).

## Frente Parlamentar analisa conjuntura política

Em reunião da Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público, realizada dia 28 de agosto, o consultor Vladimir Nepomuceno alertou aos representantes das entidades presentes a necessidade de reforçar a defesa da Previdência Social e a luta contra a retomada da tramitação da PEC 32/20 (reforma administrativa). A reunião foi coordenada pelo vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial, José Arinaldo Gonçalves Ferreira.

As duas pautas, conforme explicou Nepomuceno, podem ganhar força após a votação da reforma tributária, último item do acordo feito entre Arthur Lira, presidente da Câmara dos Deputados, com o Executivo. Após a deliberação da matéria, assim como da apreciação das leis orçamentárias, o Congresso poderá pautar suas próprias prioridades, formadas a partir da pressão de interesses de segmentos sociais que já manifestaram apoio à PEC 32/20.

Sobre a Previdência, Nepomuceno citou as recentes notícias que reforçam os problemas orçamentários do sistema,

o que alimenta a necessidade constante de alerta. “Temos que estar atentos ao projeto de privatização da Previdência, que não se encerrou com a última emenda constitucional. Com o aumento de despesas, o que se propõe é uma nova reforma”, destacou.

A Frente também está acompanhando as propostas que o Ministério da Gestão e Inovação (MGI) está elaborando em relação ao serviço público, a partir das mesas setoriais da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP). Nepomuceno comentou sobre o novo modelo de realização de concursos públicos, que poderá ser adotado em todo país, e outras medidas que o Ministério está estudando. Será solicitada uma audiência com a ministra Esther Dueck para tratar desses assuntos, assim como para cobrar a apresentação à MNNP do índice de reajuste salarial dos servidores.

O grupo também aprovou a retomada do Observatório da PEC 32, dos tuitos e a realização de mobilizações presenciais no MGI. A Frente volta a se reunir na próxima semana.

## Setor produtivo pede retomada da reforma administrativa; ANFIP contesta

As Frentes Parlamentares que representam o setor produtivo -indústria, agronegócio, transporte, construção, comércio e serviços- divulgaram manifesto em que pedem a retomada da votação da reforma administrativa no Congresso Nacional sob o argumento da economia de recursos com a diminuição do tamanho do Estado.

Os colegas, entretanto, não apresentam em seus argumentos a análise do papel social do Estado na prestação de serviços públicos. Pesquisa realizada pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap) indica que, com o envelhecimento da população previsto para os próximos anos, a demanda de profissionais na rede pública federal pode chegar a 655 mil em 2050, 17% superior ao contingente em atividade hoje, que está em aproximadamente 560 mil. Ainda que haja um processo acelerado de automação, com uso intensivo de tecnologias, o contingente necessário de servidores será de 572 mil.

Outro estudo, desta vez do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), revela que o Brasil tem menos servidores públicos que Estados Unidos e países da Organização para a

Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Dos 91 milhões de trabalhadores do país em 2021, 11,3 milhões são funcionários públicos, o que representa 12,45% do total da força de trabalho nacional.

A importância desses trabalhadores não está só em números. A defesa dos interesses do Estado e da sociedade como premissas básicas, com a possibilidade de atuar sem interferências políticas, permite aos servidores cumprirem com legalidade os seus atos administrativos.

A ANFIP espera que a PEC 32/20 e qualquer proposição que vise, na verdade, abrir o Estado para o mercado privado, transformando a prestação de serviços públicos em mercadoria, sejam rejeitadas. Melhorias precisam ser implementadas e, para isso, não é preciso ceder ao retrocesso que a PEC representa.

Para combater a matéria, a ANFIP e todos os colegas dos quais participa estão retomando campanhas coletivas para enfatizar o papel do Estado brasileiro no desenvolvimento nacional e a necessidade de construir uma estrutura de serviços públicos mais eficientes.

## Trabalho parlamentar: conselheiros participam de debates sobre contas públicas e planos de saúde



A ANFIP acompanhou presencialmente os trabalhos da Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) e da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados, dia 30 de agosto.

Na CDC, o presidente Vilson Romero e o vice-presidente de Serviços Assistenciais, Ariovaldo Cirelo, monitoraram as discussões envolvendo o reajuste dos planos de saúde e outros assuntos de interesse dos associados, bem como a votação de propostas legislativas sobre direitos do consumidor.

Já na CFT, o tema foi política de juros, com os vice-presidentes José Avelino da Silva Neto (Assuntos Parlamentares), Albenize Gatto Cerqueira (Cultura Profissional e Relações Interassociativas), Marluce Soares (Comunicação Social) e José Arinaldo Gonçalves Ferreira (Política de Classe e Política Salarial); e participação da coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli.

Os vice-presidentes José Arinaldo Ferreira e Avelino Neto também estiveram, na Câmara dos Deputados, na audiência sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2024. A ministra Simone Tebet anunciou que o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 será enviado ao Congresso e detalhou os principais eixos e prioridades tratados no documento. Quanto à LDO, Tebet debateu com os parlamentares os pontos polêmicos do projeto, entre eles a meta fiscal do déficit zero em 2024.

Ativa no Congresso Nacional, a ANFIP segue atuando em pautas que possam afetar direta e indiretamente os Auditores Fiscais da Receita Federal e a sociedade civil, em prol de um país mais desenvolvido e menos desigual.

## ANFIP prestigia homenagem aos 31 anos da Anpprev

A ANFIP prestigiou a homenagem à Associação Nacional dos Procuradores e Advogados Públicos Federais (Anpprev), dia 30 de agosto, no Plenário Ulysses Guimarães da Câmara dos Deputados, em Brasília. A entidade completou 31 anos no dia 28 de agosto e celebrou as três décadas de atuação em prol da carreira e do fortalecimento da advocacia pública federal.

Além de parceira nas pautas de interesse dos servidores públicos, a Anpprev atua de forma decisiva para a consolidação da Advocacia-Geral da União (AGU) como instituição imprescindível para o Estado Democrático de Direito. O papel

dos advogados públicos federais também é fundamental na defesa dos direitos da sociedade e na proteção do patrimônio público.

Pela ANFIP, participaram da cerimônia o presidente Vilson Romero e os vice-presidentes José Avelino da Silva Neto (Assuntos Parlamentares), Albenize Gatto Cerqueira (Cultura Profissional e Relações Interassociativas), Marluce Soares (Comunicação Social), Ariovaldo Cirelo (Serviços Assistenciais) e José Arinaldo Gonçalves Ferreira (Política de Classe e Política Salarial).

## ANFIP participa do 2º encontro do GT de combate ao assédio no serviço público

O Grupo de Trabalho Interministerial de enfrentamento ao assédio e à discriminação na Administração Pública federal realizou mais uma edição do ciclo de debates, dia 31 de agosto, na Escola Nacional de Administração Pública (Enap), em Brasília. A ANFIP esteve representada pelo vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Gilberto Pereira, que também participou pela Pública Central do Servidor.

A doutora em Economia Daniela Gorayeb, chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos foi quem coordenou os trabalhos, relatando o objetivo do GT, criado em maio de 2023, pelo Decreto nº 11.534, que visa desenvolver orientações e diretrizes de saúde física e mental,



prevenção do assédio e da discriminação e a promoção de relações saudáveis e respeitadas no ambiente público.

No total, serão cinco encontros do grupo, com participação de diversos especialistas nos temas em questão, para, ao final, serem elaborados relatórios das atividades desenvolvidas e uma proposta final, que serão encaminhados ao MGI.

Além do Ministério da Gestão, integram o GT representantes da Advocacia-Geral da União, da Controladoria-Geral da União e dos ministérios dos Direitos Humanos e da Cidadania; da Igualdade Racial; da Justiça e Segurança Pública; das Mulheres; da Saúde; e do Trabalho e Emprego.

## ANFIP e União Gaúcha discutem fim da contribuição previdenciária dos inativos

O presidente da ANFIP, Vilson Romero, se reuniu dia 28 de agosto com os demais integrantes da União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública, formada por entidades representativas dos servidores públicos federais, estaduais e municipais da Região Sul, para preparar estratégias e ações em defesa do fim da contribuição previdenciária de servidores aposentados e pensionistas.

O assunto é tratado na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 555, que tramita no Congresso Nacional desde 2006, e tem sido amplamente debatido em todo país.

Vilson Romero informou que a ANFIP identificou, em contato com os parlamentares, a preocupação dos congressistas com o impacto fiscal da PEC. Diante disso, a Associação buscou várias instituições, inclusive o

Tribunal de Contas da União, para juntar as informações e apresentar o impacto no orçamento dos entes federados. “Procuramos auxílio de uma consultoria legislativa para produzir uma nota técnica com a simulação dos impactos orçamentários”. Segundo o dirigente, o estudo concluiu que, atualmente, é preciso construir uma nova proposta que seja apensada à PEC 555.

A ideia é que o documento seja referendado e patrocinado pelo conjunto de entidades da União Gaúcha, junto à ANFIP e ao Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Mosap).

Por fim, foram abordadas estratégias de mobilização e sensibilização junto aos parlamentares, visando o apoio e aprovação da proposta.

## Comissão de Assuntos Econômicos do Senado debate reforma tributária

O vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Gilberto Pereira, acompanhou, dia 30 de agosto, a audiência pública do Ciclo de Debates Temáticos, da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para debater os impactos da PEC 45/19, da reforma tributária, sobre diversos setores. A audiência foi coordenada pelo presidente da Comissão, senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO).

Segundo o deputado Luiz Carlos Hauly (Pode/PR), o sistema tributário brasileiro, hoje, tem um estoque de contencioso tributário administrativo judicial de 75% do PIB, ou seja, R\$

7,5 trilhões. O PIB brasileiro está em R\$ 10 trilhões. “O Brasil que é hoje o 13º maior PIB do mundo, poderia estar em 4º se não tivesse errado na mão de ter um sistema anacrônico caótico. O que nos resta agora é consertar o erro pra valer, pensar a economia brasileira, agricultura, indústria e comércio, como um único mercado para produzir bens e serviços para a sociedade”, disse.

Como principal alternativa, destacou a implementação de um modelo de Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) nos moldes dos 174 países do mundo que já adotaram. Entre os principais benefícios da implementação do IVA

estão o fim da guerra fiscal; o tratamento isonômico; volta da concorrência; eliminação da inadimplência; e o fim da burocracia e das renúncias fiscais.

Assista à audiência completa [aqui](#).



## Conselho Executivo planeja atividades de setembro

Os integrantes do Conselho Executivo realizaram reunião ordinária híbrida, dia 31 de agosto, sob a coordenação do presidente Vilson Romero, para analisar projetos em andamento e definir ações para o mês de setembro.

Na oportunidade, foram aprovadas as demonstrações financeiras de abril a julho de 2023; discutidas propostas de alteração no regulamento do Projeto Sociocultural; e apresentado o relatório do Fórum Internacional Tributário (FIT).

Também constaram na pauta o trabalho parlamentar, as atualizações do plano de saúde, os projetos socioculturais e da Comissão de Obras e diversas pautas jurídicas e administrativas.

Os dirigentes abordaram ainda a realização da Assembleia Geral Extraordinária, que acontece no dia 11 de setembro, para referendar o ingresso de ação judicial coletiva a fim de restabelecer o pagamento dos adicionais por tempo de serviço.



## Conselho de Representantes analisa ações para os próximos meses



Os integrantes do Conselho de Representantes (CR) realizaram reunião ordinária híbrida, dia 28 de agosto, conduzida pelo coordenador Carlos José de Castro.

O presidente Vilson Romero fez a abertura do encontro, oportunidade em que relatou os trabalhos que têm sido desenvolvidos e os temas defendidos pela Associação, com destaque para a reforma tributária e o Fórum Internacional

Tributário – FIT 2023, realizado pela ANFIP e entidades parceiras.

“O foco é cobrar algo além da tributação sobre o consumo, essa simplificação tributária que ainda é muito distante daquilo que o governo sempre tem falado, que é colocar o pobre no Orçamento e o rico no Imposto de Renda. Falta muito ainda para chegarmos nesse ponto de efetiva justiça fiscal”, disse Romero.

Na ocasião, também foram abordados os eventos e projetos planejados para acontecer ainda em 2023, incluindo a continuidade do Projeto Sociocultural nos estados, a XXIX Convenção Nacional Ordinária (CNO) e o Encontro da Região Norte.

Durante a reunião, os representantes avaliaram os pareceres da Comissão de Finanças do CR sobre os relatórios do Conselho Fiscal referentes à prestação de Contas do 1º trimestre de 2023 e da auditoria externa de 2022. Foi discutida ainda a distribuição dos integrantes nas Comissões de Estudos da CNO e definida a composição da Comissão de Finanças.

## Conselho Fiscal conclui prestação de contas do segundo trimestre

O Conselho Fiscal se reuniu de forma presencial, na sede da ANFIP, nos dias 30 e 31 de agosto, em continuidade à 7ª reunião ordinária, para conclusão da análise das movimentações financeiras e contábeis da Entidade, além da elaboração do Relatório Gerencial e do Parecer, referentes ao segundo trimestre de 2023.

Participaram da reunião a coordenadora do Conselho Fiscal, Ercília Leitão Bernardo (CE); a relatora Sandra Tereza Paiva Miranda (SP); e o conselheiro Luís Carlos Correa Braga (RS).



## AÇÃO FISCAL

### RFB e Polícia Federal investigam esquema de lavagem de dinheiro

A Receita Federal do Brasil e a Polícia Federal deflagraram dia 31 de agosto a Operação Alapar, que contou com a participação de oito Auditores Fiscais e analistas tributários da Receita Federal e 70 policiais federais, além de apoio logístico da Polícia Militar e da Marinha do Brasil, e teve por objetivo dismantlar esquema de lavagem de dinheiro proveniente de crimes de evasão de divisas, sonegação fiscal, fraudes licitatórias e bancárias.

A deflagração ocorreu em municípios da região metropolitana de Vitória/ES e dos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

**Operações Masqué e Arcano** - A ação é desdobramento das Operações Masqué (2019) e Arcano (2021), em que foram identificadas várias empresas de fachada utilizadas para envio irregular de dinheiro ao exterior.

O modus operandi do grupo consistia no uso de documentação inidônea de comércio exterior para lastrear operações de câmbio junto a corretoras de valores, enviando recursos de forma ilícita. As pessoas físicas e jurídicas envolvidas no esquema foram fiscalizadas por Auditores Fiscais da Receita Federal e, atualmente, mais de R\$ 700 milhões

referentes a tributos e multas encontram-se inscritos em dívida ativa.

Mesmo após as operações Masqué e Arcano, e apesar da condenação dos réus em primeira instância, o esquema de ocultação de bens continuou ativo.

Há indícios de que o grupo constituiu ou adquiriu empresas para efetivar a terceira fase do crime de lavagem de dinheiro, denominada integração. Nessa etapa, por meio de operações aparentemente lícitas, os recursos obtidos de maneira ilegal são integrados ao patrimônio legítimo dos beneficiários.

*Fonte: Receita Federal*

## ESTADUAIS

### X Encontro da ANFIP-SP reúne associados em Santos



Foi realizado de 24 a 27 de agosto, em Santos, o X Encontro dos Associados da Estadual da ANFIP em São Paulo (ANFIP-SP). O coquetel de boas-vindas foi realizado no Hotel by Atlantica, onde os associados se hospedaram.

A abertura oficial do evento ocorreu dia 25 de agosto e recebeu associados de diversas partes do Estado, em especial os de Santos, que fizeram uma calorosa recepção aos colegas. A mestre de cerimônia foi a vice-presidente da ANFIP-SP, Luci Marta de Souza, que conduziu os trabalhos.

Após a execução do hino nacional e de uma homenagem da associação à cidade de Santos, foi formada a mesa com o

presidente da ANFIP-SP, Genésio Denardi; o presidente da DS Grande ABC, Elder Pereira da Silva; o presidente da DS Santos, Elias Carneiro Júnior; e o delegado da Receita Federal em Santos, Walmir Martinez Thomaz.

Genésio agradeceu a participação dos associados e disse que a Diretoria buscou um novo formato para o Encontro, que tivesse uma programação mais focada para o conagraçamento entre os participantes, sem a inclusão de palestras, dado o afastamento ocasionado em decorrência da pandemia. “Este é um encontro para que todos possam se reencontrar”, diz o presidente.

Na parte da tarde, os participantes fizeram um city tour em Santos, com passeios para o Museu Pelé e o Museu do Café. Como parte das atividades programadas, os associados participaram ainda de uma caminhada na praia, feijoada no restaurante do hotel, bingo e jantar de encerramento.

Acompanhe a cobertura completa do evento no site da ANFIP-SP. Clique [aqui](#).

*Com informações da ANFIP-SP*

### ANFIP-MG promove palestras na Receita Federal, em BH

A ANFIP-MG, em parceria com a ANFIP nacional e apoio da Superintendência da Receita Federal do Brasil na 6ª Região Fiscal, promove, no dia 13 de setembro de 2023, duas palestras sobre temas de bastante interesse dos associados.

O evento, que acontece de 8h30 às 12h, no 8º andar da Superintendência Regional da RFB em MG (Av. Olegário Maciel, 2.360, Santo Agostinho, BH/MG), é uma ótima

oportunidade para esclarecimento de dúvidas. Além de informações sobre ações judiciais em andamento na ANFIP, os palestrantes apresentarão uma visão atual das regras previdenciárias vigentes.

As inscrições deverão ser feitas pelo telefone (31) 3201-3582 ou pelo e-mail [apoio.administrativo@anfipmg.org.br](mailto:apoio.administrativo@anfipmg.org.br). Não perca!

#### Programação

8h30 – Abertura

9h às 10h15 – “Ações judiciais, acordos e precatórios” – palestrante: Maria Beatriz Fernandes Branco (Vice-presidente de Assuntos Jurídicos da ANFIP)

10h15 às 10h45 – Coffee break

10h45 às 12h00 – “Aposentadorias, revisão e novas regras” – palestrante: Diego Cherulli (Vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário)

*Fonte: ANFIP-MG*

## BENEFÍCIOS E CONVÊNIOS

Deixe sua casa mais confortável com os descontos do seu Clube de Vantagens



Está pensando em renovar sua casa? Só na plataforma de benefícios da ANFIP os associados encontram ofertas exclusivas para

mudar a casa com o máximo de qualidade e economia.

Magalu, Mobly, Britânia, Brinox, Compra Certa e Walita Philips oferecem

descontos de até 33% em diversos produtos. Consulte as condições no site [anfip.temvantagens.com.br](http://anfip.temvantagens.com.br) e garanta seu conforto gastando pouco!

### Associados da ANFIP podem aderir à Cooperforte com acesso 100% digital

A Cooperforte oferece soluções financeiras para atender os interesses e necessidades dos associados, com linhas de crédito e investimentos, taxas de juros diferenciadas em relação ao mercado e atendimento 100% digital, pelo APP ou autoatendimento.

Os cooperados tem acesso a crédito pré-aprovado, com base na renda mensal, com uma das menores taxas do mercado, a partir de 1,42% ao mês e prazos de 4 a 48 meses, com o Crédito Inicial, ou taxas a partir de 1,79% ao mês, com prazos de 4 a 96 meses, no Crédito Parcelado.

Também é possível investir em renda fixa com segurança e rentabilidade, aplicando em produtos de Recibo de

Depósito Cooperativo (RDC), com liquidez diária e rentabilidade a partir de 103% do CDI e garantia do FGCoop de até R\$ 250 mil por investidor. Também há aplicações nas Letras Financeiras da Cooperforte (LFC), nas modalidades pré (13,50% ao ano) ou pós-fixada (CDI + 1,10% ao ano), com prazo fixo de dois anos e resgate exclusivamente no vencimento.

Além disso, associados que operam com a Cooperforte participam das sobras distribuídas anualmente, na proporção dos negócios realizados ou mantidos no exercício, que refletem o sucesso coletivo da Cooperativa e elevam a rentabilidade média dos investimentos na Cooperativa e, para os tomadores de

crédito, representam uma devolução de parte dos juros pagos.

Em 2022, as sobras distribuídas alcançaram R\$ 58,8 milhões, elevando a rentabilidade média dos investimentos na Cooperforte de 12,8% ao ano para 14,3% ao ano, equivalente a 115,1% do CDI acumulado no período. Para os tomadores, o valor recebido correspondeu a uma devolução de 1,50 pontos percentuais na taxa anual efetivamente paga no referido ano.

Todos os associados da ANFIP podem aderir à Cooperforte, parceira da entidade. Basta fazer o download do APP e pronto! Tudo 100% digital, na palma da sua mão.

## FALE COM A ANFIP

### GERAL

(61) 3251-8100  
0800 701 6167 (somente telefones fixos ou públicos)  
E-mail: [ouvidoria@anfip.org.br](mailto:ouvidoria@anfip.org.br)

### APOSENTADORIAS E PENSÕES

3004-1200 (custo de ligação local)  
(61) 99973-5776 (WhatsApp)  
E-mail: [aposentadoriasepensoes@anfip.org.br](mailto:aposentadoriasepensoes@anfip.org.br)

### CADASTRO

(61) 99938-4548 (WhatsApp)  
E-mail: [cadastro@anfip.org.br](mailto:cadastro@anfip.org.br)

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

(61) 98289-5150 (WhatsApp)  
E-mail: [comunicacao@anfip.org.br](mailto:comunicacao@anfip.org.br)

### JURÍDICO

3004-9197 (custo de ligação local)  
(61) 98176-9051 (WhatsApp)  
(61) 3251-8121 / 8123 / 8126  
E-mail: [juridico@anfip.org.br](mailto:juridico@anfip.org.br)

### PRESIDÊNCIA

E-mail: [presidencia@anfip.org.br](mailto:presidencia@anfip.org.br)

### SECRETARIA

(61) 98151-7925 (WhatsApp)  
E-mail: [secretaria@anfip.org.br](mailto:secretaria@anfip.org.br)

### SERVIÇOS ASSISTENCIAIS

3004-9196 (custo de ligação local)  
(61) 98366-6006 (WhatsApp)  
E-mail: [assistenciais@anfip.org.br](mailto:assistenciais@anfip.org.br)  
MarktClub: 0800 932 0000 – Ramal: 4199  
Benevix (Concierge): (27) 99663-6339  
[concierge@benevix.com.br](mailto:concierge@benevix.com.br)  
Benevix/Unimed: 0800 606 7272  
Geap: 0800 728 8300

